

Brasil pedirá US\$2,5 bi sem recorrer aos bancos

RÉGIS NESTROVSKI
Especial para O GLOBO

NOVA YORK — O Presidente do Banco Central do Brasil, Antônio Carlos Lemgruber, afirmou ontem, após mais de quatro horas de reuniões com membros do Comitê de Assessoramento da Dívida Externa brasileira, que o País provavelmente necessitará, este ano, de US\$ 2,5 bilhões em dinheiro novo, mas não de fontes bancárias.

Ele explicou, ao fim do encontro, que debateu com os banqueiros a prorrogação, por mais 90 dias, das condições vigentes durante o ano passado, quando foram pagos exclusivamente os juros da dívida externa. Sobre a necessidade de recursos para essas contas este ano, disse:

O Brasil terá déficit em conta corrente de US\$ 2,5 bilhões e estes recursos terão que ser repostos com dinheiro novo. Vamos obter esta quantia de órgãos multilaterais, como o Banco Mundial (Bird) e o BID, e, se possível, nada pediremos aos



“O Brasil terá um déficit em conta corrente de US\$ 2,5 bilhões e esta quantia terá que ser reposta com dinheiro novo”

ANTÔNIO CARLOS LEMGRUBER,
Presidente do Banco Central

bancos. Mas deixamos em aberto a possibilidade de necessitarmos também de dinheiro dos bancos. Eles se mostraram receptivos à ideia — disse Lemgruber.

Mas o Coordenador da Dívida Ex-

terna brasileira, o banqueiro William Rhodes, negou estas informações.

— Não vi o documento em que o Ministro do Planejamento, João Sayad, admitia a possibilidade de o Brasil precisar de US\$ 4 bilhões.

Lemgruber também se recusou a falar sobre o I PND da Nova República, onde estava a necessidade dos US\$ 4 bilhões.

— Três coisas devem ser destacadas. A primeira é que o documento é definitivo, mas de caráter preliminar. A segunda, é de que o déficit de US\$ 2,5 bilhões será coberto com dinheiro de órgãos multilaterais. A terceira, é que a questão do dinheiro novo é atualmente uma extrapolação. Nestas reuniões com os bancos estamos tratando de dois pontos principais. O primeiro, seria uma cláusula que não impeça o Brasil de pedir dinheiro novo. O segundo, estipula que, caso ocorra uma elevação na taxa de juros do mercado mundial, o Brasil teria uma entrada imediata de capital.

● Os novos prazos de pagamento pedidos pelo Governo brasileiro ao Fundo Monetário Internacional e aos bancos comerciais, e a política que será seguida para enfrentar a crise econômica, foram analisados ontem no jornal francês “Le Monde”. O jornal disse que se os credores brasileiros não aceitarem os termos propostos pelo Brasil — entre eles a renegociação plurianual — serão pagos, anualmente, durante os próximos cinco anos US\$ 14 bilhões só de amortizações.